

STJ00096950

LUÍS CARLOS VALOIS

CONFLITO ENTRE RESSOCIALIZAÇÃO E O
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NA EXECUÇÃO PENAL

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2013

Copyright © 2013 by Luís Carlos Valois

Categoria: Direito Público Processual e Penal

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.
Diagramação: Ana Lúcia Morais
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra
nem pelas opiniões nela manifestadas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo,
inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.
A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei
nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas
(Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V198c

Valois, Luís Carlos

Conflito entre ressocialização e o princípio da legalidade na
execução penal / Luís Carlos Valois. – Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2013.

316 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 281-301.

ISBN 978-85-37522-79-0

1. Direito penal – Brasil. 2. Execução penal – Brasil.
3. Direito penitenciário - Brasil. 4. Pena (Direito) – Brasil.
5. Ressocialização – Brasil. I. Título.

CDD- 345.810773

SUMÁRIO

Prefácio	IX
Apresentação	XIII
1. Introdução	1
2. Breve Histórico da Punição e o Sentimento Ressocializador	11
2.1 A ressocialização na história	11
2.1.1 A pena seletiva entre os antigos	11
2.1.2 A prisão como prática	19
2.1.3 O nascimento da prisão em Foucault	25
2.1.4 Primeiros reformadores	30
2.1.4.1 Reformador de prisões: John Howard	30
2.1.4.2 Reformadores de leis: Beccaria e Bentham	33
2.1.5 Escola positivista	38
2.1.5.1 Antropologia Criminal: Cesare Lombroso	39
2.1.5.2 Sociologia criminal: Enrico Ferri	44
2.1.5.3 Raffaele Garofalo e o <i>crime natural</i>	48
2.1.6 Os primeiros <i>sistemas penitenciários</i>	50
2.1.7 Correcionalismo	56
2.1.7.1 Teoria Correcionalista	57
2.1.7.2 Concepción Arenal	63
2.2 Fins da pena e o ideal de ressocialização	68
2.3 O conteúdo da punição	75
2.4 Funções da ressocialização: mito ou mercadoria	80
3. Conflito entre Legalidade e Ressocialização na Jurisprudência	89
3.1 Legalidade penal e legitimidade punitiva	89
3.1.1 Princípio da legalidade da pena	89
3.1.2 Direito penal, direito penitenciário e execução penal	94
3.2 A importância da crítica à jurisprudência	102
3.3 A individualização judicial da pena e a ressocialização	108
3.3.1 Individualização e fixação do regime inicial de pena	109
3.3.2 A fixação do regime de cumprimento de pena e o STF	114
3.3.3 A substituição por pena restritiva de direitos	119
3.3.4 A dignidade humana como parâmetro	122

3.4 Remição pelo trabalho na execução penal	125
3.4.1 A natureza do trabalho	126
3.4.2 Trabalho, remição e remuneração	130
3.4.3 Remição: direito ou ficção?	136
3.4.4 Últimas considerações sobre a remição	145
3.5 Pena privativa de liberdade e progressividade	148
3.5.1 Progressão de regime e defesa social	149
3.5.2 O regime integralmente fechado e o STF	155
3.5.3 Detração	164
3.5.4 Progressão <i>por salto</i>	166
3.5.5 Livramento condicional	173
3.6 Exame criminológico ou positivismo (defensismo social) crimino- lógico	176
3.6.1 A CTC e o trabalho interdisciplinar	177
3.6.2 Positivismo e subjetivação a cargo da medicina	182
3.6.3 O exame criminológico na jurisprudência	196
3.6.4 Requisito subjetivo e princípio da legalidade penal	210
3.6.5 O poder geral de cautela na execução penal	214
3.6.6 Últimas considerações sobre o exame criminológico	218
4. A Dignidade da Pessoa Humana como Paradigma	223
4.1 Ressocialização versus legalidade e dignidade da pessoa humana ...	223
4.2 A reintegração social: uma proposta	228
4.3 O cárcere e o diálogo possível	237
4.3.1 O pessoal penitenciário	238
4.3.2 A participação da comunidade e a experiência do GDUCC	249
4.3.3 O preso	258
4.4 Consciência política	265
5. Considerações Finais	275
Referência	281